

Notas sobre o projecto do "Plano de Emergência"

Observações Gerais

- 1- O método adoptado da preparação do plano conduziu à completa separação (nesta fase) de dois processos: o processo político de definição do plano; o processo técnico da sua elaboração.

Como se pretendeu ir muito longe no primeiro processo (afinal, parece quase tratar-se de "novo programa do M.F.A."), o atraso da definição política tem também prejudicado o arranque dos trabalhos ao nível técnico.

Estes trabalhos já se iniciaram, mas carecem naturalmente de orientação do Governo. Receio que seja praticamente impossível, nestas condições, ter o plano operacional (para além do enunciado de intenções, a nível político) concluído até ao fim de Janeiro. E se se trata, além do mais, dum plano "de emergência" e o plano operacional se conta

Talvez que, para ganhar tempo, se pudessem comunicar orientações mais precisas a certos grupos de trabalho já constituídos sem aguardar pela aprovação definitiva e global deste projecto. A menos que esta aprovação esteja realmente para muito breve.

Isto parece-me particularmente importante em áreas neurálgicas: investimento e emprego, políticas anti-inflacionistas, estratégia anti-monopolista.

- 2- Creio que haverá que rever a parte II (condicionantes da política económica e social) à luz das conclusões do relatório qualificado elaborado no Secretariado Técnico sobre a actual situação económica.

- 3- Julgo que conviria rever a parte dos "objectivos de plano" com base nas

conclusões dos trabalhos em curso no Secretariado Técnico. Esta parte nuclear - que dá o tom político essencial do Plano - está formulada em termos um tanto vagos e neutros que lembram os objectivos dos antigos "Planos de Fomento".

Os objectivos a), b), c) e d) só farão sentido - a meu ver - devidamente quantificados. Por outro lado, faltam os objectivos prioritários realmente qualitativos (em termos de projecto de sociedade) designadamente quanto à transformação do sistema económico - estratégia anti-monopolista, fundamentalmente. Nem por ser qualitativo, um objectivo deverá deixar de ter formulação precisa.

- 4- Parece-me fazer falta uma certa espinha dorsal do plano, isto é, a definição clara e sintética de prioridades e duma estratégia de acção. Os elementos estarão "lá" todos, no projecto do plano, mas conviria um certo exercício de síntese, até para apresentação ao povo português, que não vibrará muito - creio eu - com umas dezenas ou centenas de páginas cujo significado essencial lhe escapará, se o próprio Governo não fôr capaz de defini-lo em ~~uma~~ dúzia de ideias claras, simples e... com força.

Reconheço que, em rigor, só será possível fazê-lo no fim, isto é, quando o plano operacional estiver pronto e se souber exactamente o que se vai fazer, quando e para quê.

- 5- Duma maneira geral, julgo que haveria vantagem em tornar mais sintéticos os enunciados de intenções, em cada capítulo ou secção do plano. Em qualquer caso julgo inútil dizer-se que "se vai estudar..."; só vale a pena referir o que já está suficientemente estudado para orientar uma acção.

Julgo também que haveria vantagem, tanto quanto possível, em definir programas de acção calendarizados, ao menos em certas áreas mais importantes ou significativas para a população (emprego, habitação, reforma

agrária...) Isto tornará os programas mais convincentes e permitirá também a avaliação da sua execução.

6- Uma última nota geral: seria muito útil apelar, em concreto, para certa mobilização popular ligada à execução do plano. Isto seria talvez possível em domínios como os seguintes: controlo de preços, acções regionais com vista à solução local de problemas de emprego, política habitacional.

Observações por Capítulos

7- Parece-me que falta certa integração do conjunto no capítulo sobre "controlo do poder económico". O todo não resulta - parece-me - com suficiente força e determinação política.

No enunciado geral introdutório conviria referir a intenção política relativa ao capital estrangeiro.

A parte do "sector financeiro" é um tanto frouxa: não se poderia adiantar mais sobre os objectivos da "Comissão de Coordenação das Instituições de Crédito do Sector Público" e sobre o "reforço dos meios de acção dos delegados do Banco de Portugal junto dos bancos comerciais?"

No sector industrial não se poderia ser mais preciso quanto ao lançamento de iniciativas novas com a participação do Estado?

Parece haver um flagrante desequilíbrio entre a secção "revisão da legislação sobre sociedades" e a secção "reforço da orgânica de planeamento".

Quanto à "gestão das participações do Estado" junto um texto alternativo que foi discutido no Grupo Interministerial a que presido, e que já é do conhecimento do Dr. Silva Lopes.

8- O texto sobre política de emprego ressent-se da falta dum trabalho prévio a nível técnico que lhe dê conteúdo mais preciso. É provável que o Grupo de Trabalho já constituído, se fosse consultado sobre um enunciado genérico de política de emprego, pudesse elaborar texto mais convincente.

9- Os textos sobre preços e distribuição de rendimentos tal como o já referido, ~~em~~ do emprego, parecem-me pouco consistentes e vejo difícil aumentá-lhes a consistência sem se basearem num mínimo de trabalho técnico prévio. De duas uma: ou esse trabalho técnico servirá para alguma coisa (e isso só pode ser a definição mais precisa dos objectivos e instrumentos das políticas de preços e rendimentos) e então estes textos deverão ser profundamente revisados na fase final, ou esse trabalho será inútil porque está já tudo definido no Projecto.

Talvez que a solução mais prática fosse: reduzir estes textos a um enunciado sintético de intenções políticas, para efeitos de divulgação pública; submetê-los na formulação actual como documentos preliminares de trabalho aos grupos especializados já constituídos no âmbito do Secretariado Técnico.

10- As observações anteriores valem também, em medida variável, para capítulos subsequentes.

Parece-me haver desnecessário desenvolvimento da secção sobre investimento estrangeiro, não por o tema ser pouco importante, mas porque o teor das considerações me parece deslocado num documento desta índole. E afinal, apesar de todas essas considerações, é-se vago em pontos essenciais: quando sairá o Código do Investimento Estrangeiro? Quem está a prepará-lo? Onde será instituído o novo serviço "dedicado exclusivamente a problemas de investimento externo"?

Que estratégia é que vai seguir-se no imediato com as multi-nacionais im-
plantadas no País?

mi
A secção sobre política fiscal está muito amadurecida, porque certamen-
te assenta em sérios trabalhos prévios. Há manifesto desequilíbrio com outras
secções de idêntica importância mas sem fundamento técnico do mesmo nível.

11- Quanto a políticas sectoriais afigura-se muito válida a parte sobre agricul-
tura e pescas. Quanto à indústria, julgo que haveria necessidade de ser-se
mais preciso nos domínios da reconversão dos sectores tradicionais e de apoio
às pequenas e médias empresas. Ao que suponho ^{há} pelo menos um sector (textil
algodoeira) em que já existem estudos avançados sobre medidas de reconversão.

12- No capítulo sobre "política de relações económicas externas" não há referên-
cia às relações com os territórios em processo de descolonização nem aos pa-
íses do Terceiro Mundo, em particular africanos. Também se não refere expres-
samente as (possíveis) oportunidades de comércio com os países de Leste.

Não sei exactamente o que se pretende com este capítulo, mas atendendo
à importância das questões, parece-me excessivamente limitado. É possível po-
rém que esteja dependente de trabalhos em curso a nível técnico.

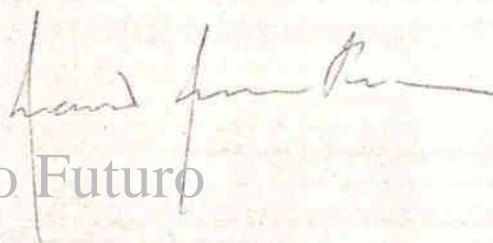
Por mim, já que é um objectivo do Plano limitar o desequilíbrio da ba-
lança de pagamentos (o que envolve não só problemas de trocas comerciais, mas
também remessas de emigrantes, turismo, fluxos de capitais) esperaria encontrar
nele uma temática mais consentânea com o título do capítulo.

13- Embora esteja bastante fora do assunto, parece-me que o capítulo sobre a
política habitacional não é muito claro sobre a actuação concreta que o Gover-
no está a seguir, ou vai seguir, no imediato, numa área particularmente de e-
mergência.

Assim reconhece-se que o "objectivo a mais curto prazo do sector de construção de habitação" é o de relançar enérgicamente a actividade, quer da iniciativa pública quer privada... "mas (talvez seja defeito meu) não se vê muito bem como se está a tentar realizar esse propósito, com suficientes meios de acção."

- 14- Como observação final, saliento a precariedade destas notas redigidas sob pressão do tempo, e que valem apenas como primeira reflexão da leitura dum documento amplo e complexo que - no seu conjunto - é sem dúvida passo decisivo para a elaboração do plano de transição que todos ansiosamente aguardamos.

19/01/74



Fundação Cuidar o Futuro